

Modalidades de gestão dos baldios

Tipo de gestão		Tipo de entidade que as gere	
Autónoma	Co-gestão com Estado	Conselho Directivo	Juntas de Freguesia

Seis modalidades que se diferenciam segundo o seu órgão gestor:



- 1 - Conselhos Directivos em co-gestão com os Serviços Florestais (regime de associação entre os compartes e o Estado);
- 2 - Conselhos Directivos em regime autónomo;
- 3 - Juntas de Freguesia, em que os órgãos do baldio legalmente constituído delegaram as competências de gestão, em co-gestão com os Serviços Florestais (podem incluir ou não as Assembleias de Compartes);
- 4 - Juntas de Freguesia, em que os órgãos do baldio legalmente constituído delegaram as competências de gestão, em exclusividade (podem incluir ou não as Assembleias de Compartes);
- 5 - Serviços Florestais ou Juntas de Freguesia que governam o baldio sem qualquer delegação;
- 6 - Situações de facto (administração transitória).

Bibliografia:

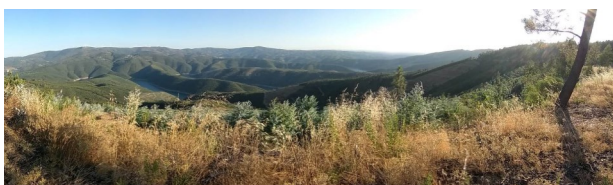
PEFC Portugal: <https://www.pefc.pt/certificacaoogs/introducao/floresta-portuguesa>

FAO: <https://www.fao.org/forestry/sfm/85084/en/>

DRRF – Direcção Regional dos Recursos Florestais. – **Manual de Boas Práticas para a Gestão Florestal nos Açores**. Ponta Delgada, 66p, 2016.

NP 4406:2012 - **Sistemas de gestão florestal sustentável - Aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável**. Instituto Português da Qualidade. Lisboa, 45p, 2012.

MARQUES, J. A. G. - **Forest Certification as a Promotion Tool for Sustainable Forest Management in Portugal**. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Gestão Ambiental) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, Departamento de Biologia Animal, 2011.



Notas:

PROF - Planos Regionais de Ordenamento Florestal

PGF - Planos de Gestão Florestal

PEIF– Planos Específicos de Intervenção Florestal

Ficha técnica:

Elaboração: Rita Paiva

Colaboração: Cláudia Filipe

Revisão: Adélia Vilas Boas

Coordenação: Pedro Santos

CNA, Maio 2023



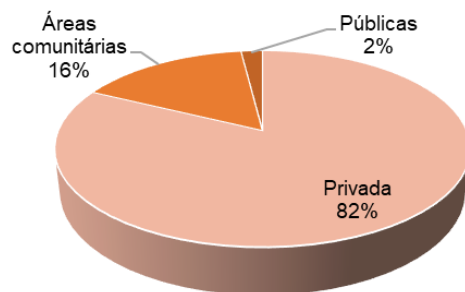
Floresta e Boas Práticas de Gestão

Co-financiado por:



Portugal: a floresta em números

A maior parte da propriedade florestal em Portugal é privada, com 2,8 milhões de hectares (82,2%), sendo na sua grande maioria detida por pequenos proprietários de cariz familiar. As áreas comunitárias (Baldios) correspondem a 15,8% do total e apenas 2% das florestas são de domínio público.



Gestão Florestal. O que é?

É o processo de gerir e implementar práticas de gestão e uso das florestas com objectivos ambientais, económicos, sociais e culturais específicos, usando coerentemente os recursos florestais existentes.

Ordenamento Florestal. O que é?

É um conjunto de regras orientadoras da gestão florestal, que têm como objectivo garantir, de forma sustentável, o fluxo regular de bens e serviços.

Planos de Âmbito Florestal

Existem três tipos de Planos de Âmbito Florestal:

PROF – são ferramentas sectoriais de gestão que estabelecem um grupo de regras, à escala da região ou supramunicipal, que regulam as intervenções realizadas na floresta, de acordo com as orientações constantes na Estratégia Nacional para as Florestas;

PGF – são instrumentos base, a nível local e enquadrador da gestão florestal, que determinam as intervenções culturais e de exploração dos recursos florestais assegurando a produção sustentada dos bens e serviços por eles proporcionado e tendo em conta as actividades e usos dos espaços adjacentes.

PEIF – são instrumentos a nível operacional e de resposta a constrangimentos específicos da gestão florestal para possibilitar agir em zonas de risco de incêndio, perante pragas e doenças, etc.



Gestão Florestal Sustentável: Certificação Florestal

Este tipo de gestão tem como objectivo equilibrar os interesses ambientais, sociais e económicos associados à floresta e pode ser executada e fazer-se cumprir através de sistemas de certificação com um conjunto de princípios, critérios e indicadores.



O Forest Stewardship Council (FSC) e o Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes (PEFC) que foram implementados em Portugal em 2003.